



NEOLIBERALISMO E GESTÃO DESCENTRALIZADA: AS IMPLICAÇÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO ENSINO MÉDIO

Rafaella Araújo Pedrico

Orientadora: Profa. Dra. Bernardina Ferreira Furtado Abrão

Resumo: Este artigo investiga as implicações do neoliberalismo e da gestão descentralizada nas políticas públicas educacionais do Ensino Médio brasileiro, com foco na reforma do Novo Ensino Médio. O trabalho analisa como a lógica de mercado influencia a educação pública, promovendo sua mercantilização e reduzindo o papel do Estado como garantidor do direito à educação. A descentralização, embora apresentada como um avanço em autonomia, frequentemente resulta em precarização das escolas públicas, ampliando desigualdades regionais e socioeconômicas. Além disso, destaca-se o impacto dessa lógica sobre os profissionais da educação, submetidos a condições de trabalho instáveis, pressão por resultados e desvalorização de sua atuação pedagógica. A reforma curricular do Novo Ensino Médio, com sua ênfase em itinerários técnicos, reforça um modelo educacional que prioriza o mercado em detrimento de uma formação crítica e emancipatória. Conclui-se que resistir à mercantilização da educação é essencial para garantir o acesso equitativo e a qualidade do ensino público no Brasil.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Educação pública. Descentralização. Novo Ensino Médio. Políticas educacionais.

Abstract: This article examines the implications of neoliberalism and decentralized management in public educational policies for Brazilian high schools, focusing on the New High School reform. The study analyzes how market logic influences public education, promoting its commodification and reducing the state's role as the guarantor of the right to education. Decentralization, although presented as an enhancement of autonomy, often results in the precarization of public schools, increasing regional and socioeconomic inequalities. Additionally, it highlights the impact of this logic on education professionals, subjected to unstable working conditions, pressure for results, and devaluation of their pedagogical roles. The New High School reform curriculum, with its emphasis on technical tracks, reinforces an educational model that prioritizes market demands over critical and emancipatory education. The study concludes that resisting the commodification of education is essential to ensure equitable access and quality in Brazil's public education system.

Keywords: Neoliberalism. Public education. Decentralization. New High School. Educational policies.

Introdução

A educação, prevista como direito social na Constituição Federal de 1988, é um pilar essencial para o desenvolvimento humano, a redução das desigualdades e a promoção da cidadania. Apesar de sua importância, nas últimas décadas, o avanço do neoliberalismo no Brasil tem desafiado o caráter público e universal desse direito. Ao transformar a educação em mercadoria, o neoliberalismo promove uma lógica de mercado que subordina o ensino às dinâmicas de oferta e demanda, comprometendo sua função social e a igualdade de acesso. Nesse contexto, as escolas públicas enfrentam crescentes pressões, como a redução de investimentos, a terceirização da gestão e a introdução de práticas voltadas à eficiência econômica em detrimento da qualidade e da equidade educacional.

A gestão descentralizada, por sua vez, é apresentada como uma solução para atender às necessidades locais, mas, no contexto neoliberal, muitas vezes resulta na transferência de responsabilidades para as escolas sem os recursos adequados, tornando-as dependentes de parcerias privadas. Além disso, a reforma do Novo Ensino Médio aprofunda essa lógica ao priorizar itinerários técnicos e competências alinhadas ao mercado, em detrimento de uma formação crítica e integral. Essa abordagem reforça desigualdades, especialmente em escolas públicas de regiões menos favorecidas, que enfrentam limitações estruturais e financeiras para oferecer uma educação de qualidade.

O trabalho docente também é impactado por essa dinâmica. Sob o neoliberalismo, a valorização do educador cede espaço à precarização do trabalho, marcada por contratos temporários, sobrecarga administrativa e pressão por resultados baseados em métricas quantitativas. Esses fatores desestimulam a permanência na profissão e comprometem a qualidade do ensino.

Este artigo analisa as consequências do neoliberalismo e da gestão descentralizada nas políticas educacionais brasileiras, com ênfase na reforma do Novo Ensino Médio. Por meio de uma abordagem teórica e empírica, busca-se refletir sobre os desafios e implicações desse modelo para o direito à educação, destacando a necessidade de políticas que priorizem o fortalecimento da educação pública como ferramenta de equidade e transformação social.

I. Direito à educação: Contextualização

A Constituição Federal de 1988 prevê, em seu art. 6º, a educação como direito social e nos arts. 205 a 214 traça as diretrizes para sua implementação, como dever do Estado e direito de todos. A partir desse mandamento constitucional outras legislações foram sendo criadas estabelecendo parâmetros para o desenvolvimento da política pública educacional, tais como a lei federal nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, conhecida como “Lei das Diretrizes e Bases da Educação” (LDB); a lei federal nº 8.069/1990 que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outras. A LDB é a legislação, conforme veremos no decorrer desta pesquisa, que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil da educação básica ao ensino superior; define todos os princípios, diretrizes, estrutura e organização do ensino, abrangendo as esferas e setores; prevê a descentralização e a autonomia

para as escolas e universidades; institui um processo regular de avaliação do ensino, dentre outras coisas.

O acesso à educação trata-se de um direito fundamental social pois institui o pleno desenvolvimento social e pessoal de um indivíduo, bem como sua preparação para o convívio em sociedade e para a qualificação no mercado de trabalho. A educação, como dever do Estado e da família, e direito de todos, assim previsto no art. 205 da Constituição Federal, tem como papel emancipatório a formação de um indivíduo em todos os setores e aspectos da sua vida, reforçando seus deveres, seus direitos, seus conhecimentos, seus valores. Desse modo, a educação e as instituições do setor educacional têm como responsabilidade ir além do conhecimento pedagógico e didático, instaurando uma herança cultural que compreenda as características da vida em sociedade e do exercício da cidadania.

Além disso, o Brasil, signatário da Declaração Universal de Direitos Humanos, corrobora com seu art. 26º, no qual institui que a educação primária deverá ser obrigatoriamente gratuita a todos em plena igualdade. Desse modo, os mecanismos legais apresentados, devem ser juntamente entendidos como fundamentais e essenciais para que efetivamente o acesso à educação seja conquistado por toda a sociedade, e não só por aqueles que detêm poder aquisitivo para alcançá-la por meio de instituições privadas. Dentre todos os fundamentos legais que dispõem sobre o setor educacional brasileiro, todos reforçam um elemento indispensável: o dever do Estado em prover esse acesso.

A partir desse elemento, pode-se examinar as ameaças que o modelo neoliberal representa para o direito à educação na medida em que vai transformando a educação como um produto de mercado, vulnerável às leis de oferta e demanda, em vez de ser assegurada como um direito fundamental.

A transformação da educação em serviço subverte sua função social e torna a educação mais dependente da capacidade financeira do indivíduo e de sua família, esse fenômeno traz à tona a mercantilização do setor educacional, redefinindo o papel do Estado, enfraquecendo o seu dever constitucional de garantir o acesso universal e igualitário desse direito. Nesse sentido Christian Laval, em sua obra “A escola não é uma empresa”, traz luz de como a instituição de ensino vem se tornando uma empresa educadora, o ensino é um serviço prestado e custoso, tornando alunos e pais em consumidores, retirando qualquer perspectiva do princípio de um Estado de bem-estar social.

Exemplos de políticas educacionais inspiradas na ideologia neoliberal já vêm sendo observadas no Brasil, a crescente valorização do ensino privado e a redução de investimentos no ensino público já ocorrem. Desse modo, verifica-se que o neoliberalismo já está instaurado na sociedade brasileira e ameaça profundamente o direito à educação.

Nesse sentido, é necessário observar e reavaliar qual é o papel do Estado em momentos de crise como a da horda neoliberal; Pierre Dardot e Christian Laval, no capítulo “Estado forte, guardião do direito privado” da obra “A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal”, trazem à tona o modo de atuação do Estado de Direito em um governo neoliberal, de modo que, o Estado em favor do neoliberalismo não deseja resguardar os direitos dos sujeitos

de direito de forma que assegurem que a iniciativa privada não os desrespeite, mas de resguardar os direitos da empresa, portanto da iniciativa privada. Segundo Dardot e Laval (2016, p. 182), a lógica neoliberal não se limita mais a um Estado “mínimo”, mas sim para um Estado “forte”, cujas funções buscam assegurar uma infraestrutura legal, através de suas normas, que garanta a aplicação das regras do mercado, que garanta a sua liberdade. O princípio do Estado como guardião do direito privado indica uma educação pública voltada para formar indivíduos adaptados ao mercado e moldados pelo espírito de empreendimento, estimulando uma educação voltada para habilidades empreendedoras, competitivas e produtivas, alinhando a formação do indivíduo como estudante e como pessoa as ideologias neoliberais.

II. Gestão descentralizada no setor educacional

A gestão descentralizada no setor educacional, com base na LDB, é defendida como uma medida para fortalecer a autonomia das instituições escolares, promovendo uma educação mais alinhada às necessidades locais, ou seja, a gestão descentralizada divide mais as decisões tomadas no setor educacional. A LDB institui essa descentralização como princípio fundamental, determinando no art. 15 que “os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica, progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira”. Nesse sentido, a descentralização busca estimular a autonomia das escolas em sua gestão pedagógica e administrativa, mas sem deixar de lado a supervisão dos órgãos educacionais centrais.

Esse modelo de descentralização se alinha aos interesses do neoliberalismo, e mais uma vez fortalece o que Dardot e Laval (2016) citam sobre o Estado atuar como guardião do direito privado, que utiliza o discurso de autonomia para justificar a redução de investimentos no setor público e incentivar a entrada de agentes privados na prestação do serviço, transformando a educação pública em um espaço de competição e produtividade orientada para o mercado, pois, é possível enxergar uma certa desorganização no sistema de gestão descentralizada, no qual, os objetivos são setorizados conforme os interesses e recursos de cada território, de cada instituição, ao invés de estabelecer uma unificação mínima de objetivos e formas para a execução do serviço de educação pública.

A descentralização, em vez de significar mais autonomia real para as escolas, é acompanhada de pressões financeiras que frequentemente levam essas instituições a buscarem parcerias privadas, o que resulta na precarização das condições de trabalho e na perda de controle pedagógico. Segundo Mirella Villa de Araujo Tucunduva da Fonseca (20[18], p. 7), autora do artigo “Gestão Descentralizada e autonomia escolar: Congruência necessária”, a autonomia passa a ser limitada, já que as escolas são induzidas a buscar fora do Estado meios para garantir melhor sua sobrevivência, promovendo um processo de mercantilização do ensino público.

Segundo Fonseca (20[18]), no estudo sobre o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-escola), uma política pública de apoio às escolas de atendimento prioritário, essa descentralização não acompanha o suporte necessário para que a autonomia funcione

plenamente, o que leva as instituições a enfrentarem “novos desafios”, incluindo a busca de recursos e a formação de alianças com o setor privado. Dessa forma, a descentralização sem um suporte adequado de políticas e financiamento cria um cenário em que a autonomia é apenas parcial e condicionada às dinâmicas de mercado.

Portanto, a descentralização prevista na LDB, quando aplicada no contexto neoliberal, acaba funcionando como um mecanismo que pode aprofundar a desigualdade educacional, ao fragilizar a rede pública e abrir espaço para a privatização. Ao promover uma autonomia vinculada a critérios de eficiência e ao estímulo de parcerias privadas, essa política parece priorizar uma gestão educacional focada na lógica do mercado, em detrimento do papel emancipatório da educação pública e do fortalecimento do direito à educação de forma igualitária.

Uma análise publicada em 2005, da autora Adriana Roseli Wünsch Takahashi (2005, p. 251) examinou a questão em duas escolas municipais em Curitiba, observando que a descentralização trouxe avanços no gerenciamento local dos recursos e na mobilização de fóruns de decisão, como os conselhos escolares e as associações de pais, professores e funcionários (APPF).

Entretanto, Takahashi (2005) também aponta que a descentralização intensificou as responsabilidades administrativas das escolas, sem expansão proporcional de recursos humanos ou financeiros, sobrecarregando os gestores e limitando a autonomia esperada. Esse acúmulo de funções administrativas desvia o foco pedagógico e torna as escolas dependentes de parcerias externas e de apoio privado, promovendo uma lógica de sobrevivência que muitas vezes exige que as instituições procurem apoio fora do Estado para atender suas necessidades, como reforçado na análise de Catini sobre a privatização crescente no setor educacional.

As limitações estruturais e a necessidade de solicitação constante de reformas e manutenções à prefeitura demonstram uma contradição: enquanto se espera que a descentralização empodere as escolas, a carência de suporte financeiro e de infraestrutura restringe essa autonomia e pode aprofundar as desigualdades. Em conclusão, Takashi (2005) pontua que embora a descentralização seja vista como positiva por alguns gestores e professores, ela requer acompanhamento e avaliação contínuos para evitar que se torne um processo “meramente simbólico”, sem real impacto na qualidade da educação.

A questão problemática entre a gestão descentralizada e o avanço do neoliberalismo no setor educacional está enraizada nas limitações estruturais e financeiras que comprometem a autonomia prometida pela descentralização. O modelo descentralizado, embora bem-visto por gestores e professores, muitas vezes resulta em uma dependência das escolas de fontes de financiamento externo e da aprovação da administração central para atender necessidades básicas, como reformas e manutenções. Essa dependência revela um paradoxo central: a descentralização, enquanto prometida como um caminho para a autonomia e a melhoria da educação, frequentemente se torna uma ferramenta de precarização e sucateamento na lógica neoliberal, que prioriza o mercado e reduz os investimentos diretos em serviços públicos, esse

movimento cria um ambiente em que a educação pública passa a operar sob pressões econômicas e produtivas, com escolas buscando “sobreviver” por meio de parcerias e do apoio de empresas.

Nessa lógica, a descentralização, sem um respaldo sólido de políticas e investimentos públicos, favorece um sistema educacional pautado pelo mercado, em que os recursos e o desempenho das escolas tornam-se cada vez mais desiguais e dependentes de apoios externos, em vez de direitos garantidos pelo Estado. A autonomia condicionada pela gestão descentralizada se apresenta, então, como uma “autonomia condicionada” pelo mercado. Assim, o que verificamos é o distanciamento do Estado da execução de uma política pública educacional que privilegie o desenvolvimento da pessoa com autonomia e preparação para o mercado de trabalho, e sua aproximação com um modelo que privilegia uma “pseudo” descentralização que leva à uma perversidade social, pois fortalece a desigualdade, na medida em que se volta aos interesses do mercado (setor privado) em detrimento do interesse público (coletividade).

III. Novo Ensino Médio e neoliberalismo

Desde a formação do Estado brasileiro, cujas bases estão profundamente marcadas pela herança do colonialismo e pela ascensão do capitalismo, a relação entre educação e economia tem sido intrínseca e constantemente renovada. A educação, enquanto direito fundamental, muitas vezes é instrumentalizada como ferramenta para a manutenção de estruturas de poder e controle social. Christian Laval (2019, p. 38), em sua obra “A escola não é uma empresa: O neoliberalismo em ataque ao ensino público”, evidencia esse processo ao afirmar que a noção de “aprendizagem ao longo da vida” é intimamente associada a valores como eficiência, desempenho e competência. Essas categorias, essencialmente econômicas, são transpostas para o campo educacional, criando uma lógica em que o saber é reduzido à sua utilidade prática. Assim, o ideal de conhecimento cede espaço à ideia de formação de capital humano.

Nesse sentido, a escola assume uma função que não se limita ao âmbito pedagógico e se configura como uma extensão do mercado. A formação dos indivíduos é orientada, muitas vezes de maneira subliminar, para moldá-los conforme as demandas econômicas, promovendo a ideia de que o valor do saber está diretamente relacionado à sua capacidade de gerar retorno financeiro ou de sua produtividade. A cultura do mercado se torna, portanto, uma matriz que organiza não apenas os currículos escolares, mas também os horizontes de vida dos sujeitos.

No Brasil, esse movimento se intensifica com políticas educacionais que reforçam a lógica mercantil, como a reforma do Novo Ensino Médio, que valoriza itinerários formativos técnicos em detrimento de uma formação ampla e crítica. Isso revela uma perspectiva de um mercado volátil e cada vez mais precarizado.

A relação entre educação e economia, nesse contexto, não é e nunca foi neutra. Reflete um projeto político e social que busca reforçar as desigualdades sociais e estruturais por meio de um discurso de eficiência e modernização. Ao naturalizar a lógica mercantil dentro da educação, abre-se espaço para questionarmos: até que ponto a escola está, de fato, formando cidadãos críticos e emancipados, ou apenas trabalhadores dóceis e adaptáveis ao mercado?

No capítulo *Corpos Dóceis*, do livro “Vigiar e Punir” de Michel Foucault, argumenta-se que a docilidade dos corpos não significa apenas a submissão, mas também a capacidade de ser útil, treinável e eficiente dentro de uma lógica que privilegia o controle e a funcionalidade dos corpos. Assim, a escola, enquanto instituição disciplinar, age como um espaço de adestramento, onde práticas pedagógicas, avaliações e hierarquias organizam os indivíduos de forma a potencializar sua utilidade para o mercado e o Estado.

Nesse sentido, o conceito de “docilidade” de Foucault complementa a crítica de Laval (2009) ao ressaltar como o sistema educacional não apenas prepara os indivíduos para o mercado, mas também os disciplina, moldando comportamentos, atitudes e até mesmo subjetividades. O aluno ideal é aquele que se conforma com as regras, que internaliza a lógica da eficiência e que aprende a desempenhar papéis preestabelecidos sem questionar as estruturas que os sustentam.

Esse processo de disciplinamento na escola pode ser observado, por exemplo, na forma como os horários rígidos, os currículos padronizados e as avaliações quantitativas organizam o tempo, o espaço e o pensamento dos estudantes. A reforma do Novo Ensino Médio, ao reforçar itinerários técnicos e utilitaristas, potencializa essa lógica disciplinar, reduzindo as possibilidades de formação crítica.

Essa “docilidade” não é um efeito colateral, mas um objetivo intencional de sistemas de poder que utilizam a educação para a reprodução de desigualdades e para a manutenção da ordem social que obedece a lógica do mercado.

A lógica neoliberal, ao se apropriar do setor educacional, inaugura uma nova fase para a educação pública brasileira, na qual o mercado e suas dinâmicas passam a moldar as políticas e práticas escolares. Esse processo, é evidente na descentralização da gestão educacional, que transfere responsabilidades do Estado para a iniciativa privada, alegando maior eficiência e eficácia. Christian Laval e Pierre Dardot (2016), em “A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal”, demonstram como o Estado, em vez de se apresentar como promotor do bem-estar social, é reconfigurado como guardião do direito privado, subordinando a educação às leis do mercado.

No Brasil, a reforma do Novo Ensino Médio e iniciativas de privatização, cada vez mais presentes, como a gestão de escolas públicas por empresas privadas, ilustram claramente essa influência neoliberal. Embora defendida como uma solução para a crise educacional, a privatização subordina o direito à educação aos interesses do lucro. Empresas não têm o compromisso constitucional de promover o bem-estar social, mas sim a maximização de seus ganhos, assim, a gestão terceirizada prioriza resultados quantitativos e o seu desempenho econômico, negligenciando a formação integral e a redução das desigualdades encontradas no setor educacional. Nesse contexto, a educação pública deixa de ser vista como um direito fundamental e se torna um produto a ser gerido, consumido e avaliado com base em métricas econômicas.

A descentralização, como uma das marcas dessa lógica, reforça desigualdades ao retirar do Estado, via instituições públicas, a responsabilidade direta pela educação ao transferir para

gestores privados a tarefa de operar um sistema público. Dardot e Laval (2016) afirmam que o Estado neoliberal opera como aliado do mercado, criando leis e estruturas que favorecem interesses corporativos. A educação, nesse cenário, não é apenas mercantilizada, mas utilizada como ferramenta para legitimar e perpetuar desigualdades estruturais. Isso reforça a ideia de que, para o neoliberalismo, a eficiência econômica é superior à igualdade social e a educação de qualidade a todos, e o papel do Estado é instrumentalizado para fortalecer o livre mercado, enquanto questões como equidade e a universalização da educação pública são relegadas ao último plano.

III.1 Objetivos e estrutura do Novo Ensino Médio

A trajetória das reformas do Ensino Médio no Brasil reflete as tensões entre o ideal de universalização do direito à educação e as influências das dinâmicas políticas e econômicas. Esse percurso se intensifica a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, marco regulatório que estabelece princípios fundamentais para a educação brasileira. A LDB buscava garantir a democratização do acesso à educação e a valorização da formação integral, incluindo tanto conhecimentos acadêmicos quanto habilidades técnicas e culturais. Nesse contexto, previu-se a integração entre educação geral e formação profissional como forma de promover equidade e atender às necessidades da sociedade brasileira.

O cenário se transformou com a reforma do ensino médio em 2017, aprovada pela Lei Nº 13.415, durante o governo de Michel Temer. A medida foi marcada por forte contestação social e política, sendo implementada por meio de Medida Provisória, o que reduziu o debate público sobre seu conteúdo. Essa reforma introduziu mudanças drásticas, destacando-se a flexibilização curricular e a criação de itinerários formativos, que permitem aos estudantes escolherem áreas de maior afinidade, desde que sejam ofertados pela instituição. A proposta, em tese, visava diversificar a formação e aproximar o Ensino Médio das demandas do mercado de trabalho. No entanto, na prática, a reforma acentuou desigualdades, pois as escolas, especialmente na rede pública, enfrentam dificuldades para oferecer os itinerários formativos previstos. A ênfase em disciplinas técnicas e a redução de componentes curriculares obrigatórios, como Filosofia e Sociologia, também suscitaram críticas, além da redução da carga horária de disciplinas básicas como Matemática e Língua Portuguesa.

O avanço das políticas neoliberais no setor educacional culminou em novas transformações em 2024, com a aprovação de uma legislação que revisa pontos do Novo Ensino Médio a ser implementado no ano de 2025. A nova lei (Lei Nº 14.945/2024), busca corrigir distorções da reforma de 2017, incluindo a ampliação da carga horária mínima para componentes curriculares obrigatórios e o fortalecimento das áreas de conhecimento humanístico e científico. O contexto permanece permeado pela influência do mercado, com incentivos à adoção de soluções tecnológicas e parcerias com o setor privado para a gestão de escolas públicas, perpetuando o distanciamento do Estado na garantia efetiva de qualidade e equidade educacional.

Em São Paulo, sob gestão do governador Tarcísio de Freitas, as políticas educacionais reforçam o alinhamento ao modelo neoliberal. A decisão de privatizar a gestão de 33 escolas públicas estaduais, tomada pelo governador, é emblemática; alegando ganhos de eficiência, o governo transferiu a administração de unidades escolares para empresas privadas, o que provocou críticas contundentes de especialistas e movimentos sociais. Essa medida reflete a lógica da descentralização defendida pelo neoliberalismo, em que o Estado abdica de responsabilidades constitucionais sob o argumento de que a iniciativa privada trará maior eficácia. No entanto, tais iniciativas frequentemente resultam na precarização das condições de ensino, na limitação do acesso à educação de qualidade para as populações mais vulneráveis e na priorização de interesses corporativos em detrimento do bem público.

Adicionalmente, o governo estadual intensificou o uso de tecnologias educacionais fornecidas por empresas privadas, promovendo plataformas digitais e sistemas de ensino terceirizados. Embora essas ferramentas venham sendo apresentadas como soluções inovadoras, elas reforçam a lógica mercantil no setor educacional, onde o aprendizado é quantificado por métricas de desempenho e a relação pedagógica direta é progressivamente substituída por processos automatizados.

Outra medida recente que exemplifica o alinhamento da gestão do governador Tarcísio de Freitas à lógica neoliberal é a proposta de emenda à Constituição do Estado de São Paulo que visa “flexibilizar” o investimento mínimo obrigatório em educação. Atualmente, a Constituição estadual determina que 30% da receita de impostos seja destinada à educação e 12% à saúde. Com a PEC, o governo propõe transferir parte desse percentual da educação para a saúde, sob o argumento de que o setor enfrenta uma crise e tem tido aumentos exponenciais nos gastos.

Os defensores da medida argumentam que, mesmo com essa redução, o governo paulista ainda atenderia ao mínimo de 25% previsto pela Constituição Federal para investimento em educação, alinhando-se à prática adotada em outros estados. Contudo, a proposta tem gerado fortes críticas de educadores, movimentos sociais e especialistas, que apontam para riscos de precarização da educação pública no estado, visto a sua atual situação.

Essa redução no orçamento educacional representa uma ruptura significativa com o compromisso histórico de São Paulo de investir acima do mínimo constitucional, um esforço que buscava garantir melhorias na infraestrutura escolar, formação docente e programas pedagógicos. Em um momento em que o setor educacional já enfrenta desafios estruturais, como os decorrentes da reforma do Novo Ensino Médio em 2017 e da privatização da gestão de escolas públicas, essa redução orçamentária pode agravar ainda mais as desigualdades educacionais e comprometer a qualidade do ensino público.

Além disso, a PEC reflete o paradigma neoliberal que orienta a gestão pública como um todo, em que serviços fundamentais como educação e saúde são tratados sob uma lógica de austeridade e racionalização fiscal. Em um cenário onde a educação é vista como um “custo” e não como um investimento estratégico, a PEC do governador reforça a lógica de mercantilização do setor, alinhando-se às dinâmicas do mercado e reduzindo o papel do Estado.

Nesse sentido, a PEC é mais um capítulo em um processo de desresponsabilização progressiva do Estado frente à garantia de direitos fundamentais. A educação pública pode enfrentar ainda mais dificuldades, especialmente para as comunidades mais vulneráveis, cujas oportunidades de ascensão social dependem diretamente de um sistema educacional resistente e inclusivo. A proposta também simboliza o risco de que outras áreas essenciais, como a saúde, sejam progressivamente subordinadas a interesses econômicos, enquanto a função do Estado como promotor do bem-estar social é desmantelada.

III.2 Impacto do neoliberalismo nos profissionais da educação

O impacto do neoliberalismo nos profissionais da educação se reflete em várias esferas, afetando desde diretores e coordenadores até professores, transformando suas relações de trabalho e suas motivações. O modelo neoliberal, caracterizado pela ênfase na redução do papel do Estado, na privatização e na gestão empresarial, trouxe consigo uma série de mudanças que influenciam profundamente o cotidiano dos educadores. A centralização da gestão das escolas, promovida por políticas neoliberais, resulta em uma estrutura hierárquica mais rígida, onde decisões pedagógicas e administrativas são tomadas de cima para baixo, sem considerar as especificidades locais ou a participação dos profissionais da educação.

A descentralização da gestão, que inicialmente poderia parecer uma forma de dar mais autonomia às escolas, tem, na prática, sido mais um instrumento de controle. No contexto neoliberal, a autonomia das escolas é muitas vezes ilusória, pois ela é condicionada a metas e objetivos impostos por políticas educacionais que não consideram a realidade das comunidades escolares. A pressão por resultados, com foco em indicadores de desempenho e na padronização dos processos, coloca uma grande responsabilidade sobre os educadores, sem que haja o devido suporte ou reconhecimento.

Essa gestão descentralizada, ao priorizar a competitividade entre as escolas e a implementação de métricas de avaliação uniformes, diminui a capacidade dos profissionais da educação de tomar decisões pedagógicas que atendam às necessidades dos alunos. Diretores, coordenadores e professores, portanto, se veem em uma posição de constante cobrança por resultados, enquanto têm sua liberdade limitada pela imposição de currículos rígidos e pela falta de recursos adequados. A flexibilidade que um diretor ou coordenador poderia ter para adaptar a gestão da escola ao seu contexto é praticamente inexistente quando as diretrizes vindas de esferas superiores são impositivas.

Além disso, a falta de autonomia não afeta apenas o mercado de trabalho dos educadores, mas também sua motivação e disposição para lecionar. O processo de desvalorização da profissão, acentuado pela desconsideração do saber pedagógico e pela sobrecarga de tarefas burocráticas, provoca desilusão e desgaste. Muitos educadores acabam se afastando da profissão ou se sentindo desmotivados, pois o foco da atuação deixa de ser o ensino de qualidade e o desenvolvimento de habilidades dos alunos, passando a ser a busca por números e resultados de avaliações externas. Isso cria um ambiente de trabalho onde o educador se sente

mais um executor de políticas do que um agente formador de indivíduos, o que pode minar sua vocação e seu prazer em ensinar.

O neoliberalismo também contribui para a precarização das condições de trabalho dos educadores. A terceirização de funções, o pagamento inadequado e a falta de reconhecimento profissional são aspectos que evidenciam a falência de uma política que, ao invés de valorizar o educador, o coloca como peça intercambiável em um sistema de produção de mão de obra barata e que atenda, muitas vezes, a interesses econômicos. Isso impacta diretamente a qualidade do ensino e a forma como os professores se veem dentro do sistema educacional.

A falta de valorização da profissão e as constantes pressões para que os resultados estejam acima de tudo geram um ambiente de insegurança e desmotivação. Muitos profissionais, ao invés de se dedicarem ao desenvolvimento de novas metodologias ou à inovação pedagógica, tornam-se reféns de uma estrutura que os vê apenas como números em uma planilha. Essa realidade não só afeta o mercado de trabalho dos educadores, mas também mina o desejo genuíno de ensinar, criando um ciclo de desmotivação e afastamento da profissão. O impacto do neoliberalismo nos profissionais da educação, portanto, é profundo e vai além da gestão escolar: ele afeta a essência do ensino, a relação entre educador e aluno, e a qualidade da educação como um todo.

IV. Tecnologia como instrumento do neoliberalismo: Uma breve análise a partir da obra de Cathy O'Neil

Cathy O'Neil (2018), em sua obra *Weapons of Math Destruction* (Algoritmos da Destruição em Massa), destaca como os algoritmos, frequentemente apresentados como instrumentos neutros e objetivos, são na verdade moldados dentro de contextos sociais e políticos que refletem os valores, vieses e interesses das instituições que os desenvolvem e utilizam. A autora classifica os algoritmos que geram impactos negativos como “armas de destruição em massa” devido à sua opacidade, escala e danos. Eles afetam grandes populações, ampliam desigualdades e frequentemente operam de forma incompreensível para aqueles que são impactados, impossibilitando questionamentos ou correções. Esses algoritmos se disfarçam de soluções tecnológicas que prometem eficiência e neutralidade, mas acabam favorecendo interesses privados e corporativos, características centrais do neoliberalismo.

No setor educacional, a tecnologia tem sido promovida como um meio para otimizar processos de ensino e aprendizado, gerenciar escolas e avaliar desempenhos de estudantes e professores. Contudo, sob a lógica neoliberal, ela também se torna um mecanismo de controle, exclusão e privatização. O uso de tecnologias para implementar sistemas de avaliação padronizada, por exemplo, categoriza estudantes, professores e escolas com base em métricas algorítmicas. Testes padronizados são frequentemente utilizados para medir a “qualidade” das escolas e a eficiência dos professores, ignorando os contextos socioeconômicos em que atuam. Além disso, rankings baseados em algoritmos desconsideram as nuances individuais, tratando a educação como um produto homogêneo a ser quantificado. Como aponta O'Neil (2018), essas

práticas mascaram desigualdades estruturais e penalizam aqueles que já enfrentam desvantagens, promovendo uma meritocracia ilusória que beneficia os mais privilegiados.

Outra consequência do uso da tecnologia no setor educacional é o monitoramento e o controle sobre professores e estudantes. Ferramentas como plataformas de aprendizado online e sistemas de gerenciamento de turmas prometem personalização e eficiência, mas também permitem uma vigilância minuciosa. Dados sobre frequência, desempenho e comportamento são coletados em larga escala, muitas vezes sem transparência ou consentimento adequado. Professores são avaliados com base em critérios definidos por softwares, o que reduz sua autonomia pedagógica e incentiva práticas de ensino voltadas exclusivamente para cumprir metas algorítmicas. Essa vigilância constante reforça a precarização do trabalho docente, alinhando-se à lógica neoliberal de maximizar a produtividade enquanto minimiza custos.

Além disso, as tecnologias educacionais são frequentemente desenvolvidas e fornecidas por corporações privadas, que buscam lucrar com sua implementação. A introdução de plataformas digitais e algoritmos terceiriza funções pedagógicas e administrativas, criando uma dependência das escolas em relação a empresas do setor tecnológico. Essa prática leva à privatização de aspectos cruciais do sistema educacional, incluindo avaliação, gestão e mesmo o ensino, transferindo recursos públicos para corporações privadas e ampliando as desigualdades entre escolas públicas e privadas.

Sob a ótica de O'Neil (2018), a tecnologia se torna uma arma do neoliberalismo porque reforça desigualdades, dá a ilusão de neutralidade e desumaniza os profissionais da educação. Algoritmos projetados para maximizar eficiência perpetuam preconceitos existentes e, em vez de democratizar o acesso ao ensino, acabam restringindo-o ao priorizar resultados "vendáveis" e descartar estudantes que não atendem aos critérios definidos. A opacidade dos sistemas algorítmicos cria a impressão de imparcialidade, desviando o foco de políticas públicas inadequadas e da falta de investimento em educação. Além disso, ao tratar professores e gestores como números em um sistema automatizado, a tecnologia reduz o espaço para criatividade e autonomia, desestimulando a permanência na carreira educacional e agravando a crise no setor.

Para reverter os impactos negativos da tecnologia sob a lógica neoliberal, é essencial exigir transparência nos algoritmos usados no setor educacional, garantindo que estejam alinhados com objetivos educacionais justos e éticos. Também é fundamental promover o envolvimento de professores, gestores e comunidades escolares no desenvolvimento e na implementação dessas tecnologias, priorizando suas necessidades reais. Além disso, é necessário estabelecer políticas que limitem o uso de algoritmos opacos e priorizem tecnologias voltadas à equidade e à inclusão, em vez do lucro.

A análise de Cathy O'Neil (2018) revela que, quando colocada a serviço do neoliberalismo, a tecnologia pode se transformar em uma ferramenta de exclusão e opressão, especialmente no setor educacional. Para evitar que a educação seja tratada como mercadoria e para garantir que a tecnologia seja usada de forma ética, é necessário um esforço conjunto para democratizar seu desenvolvimento e uso, colocando os interesses da sociedade acima dos interesses do mercado.

Conclusões

O estudo apresentado revelou como o avanço do neoliberalismo impacta profundamente o setor educacional brasileiro, fragilizando sua função social e comprometendo o papel do Estado como garantidor de direitos fundamentais. A descentralização, proposta como uma forma de aumentar a autonomia escolar, frequentemente resulta em dependência das escolas em relação a parcerias privadas e recursos externos. Essa realidade não apenas enfraquece a rede pública, mas também amplia desigualdades regionais, à medida que as instituições localizadas em áreas menos favorecidas enfrentam ainda mais desafios para garantir uma educação de qualidade.

No contexto do Novo Ensino Médio, as alterações curriculares reforçam uma visão utilitarista da educação, priorizando a formação técnica e alinhando a escola às demandas exclusivas do mercado de trabalho. Isso subverte a ideia de uma educação emancipatória, que deveria preparar os indivíduos para o pleno exercício da cidadania e para uma atuação crítica na sociedade. A redução de disciplinas voltadas ao pensamento crítico e a flexibilização curricular, sem o devido suporte às escolas públicas, evidenciam um movimento que transforma a educação em mercadoria, acessível de forma desigual conforme o poder aquisitivo das famílias.

Além disso, a precarização do trabalho docente é uma consequência direta dessa lógica. Com contratos instáveis, sobrecarga de trabalho administrativo e pressão por resultados, os profissionais da educação enfrentam um ambiente que desestimula a permanência na carreira. Essa dinâmica não apenas afeta a qualidade do ensino, mas também prejudica a valorização da profissão docente, essencial para o desenvolvimento educacional.

Portanto, é fundamental que o papel do Estado seja reavaliado, com políticas públicas que priorizem o fortalecimento da educação pública como um direito universal. A centralidade do Estado nesse processo é indispensável para garantir equidade, qualidade e acesso ao ensino. Retomar o investimento público e combater a mercantilização são passos essenciais para resgatar o caráter emancipatório da educação, promovendo o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. O enfrentamento às práticas neoliberais no setor educacional não é apenas uma demanda de gestores e profissionais da área, mas uma responsabilidade coletiva para assegurar que a educação cumpra seu papel como pilar da democracia e do bem-estar social.

Referências bibliográficas

- ABRÃO, Bernardina Ferreira Furtado. Capítulo III: da Educação. In: MELO, Adriana Zawada et al. **Constituição Federal interpretada, artigo por artigo, parágrafo por parágrafo**. 13ª ed. São Paulo: Manole, 2022.
- CATINI, Carolina de Roig. **Privatização da Educação e Gestão da Barbárie**: crítica da forma do direito. São Paulo: Edições Lado Esquerdo, 2017.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- do Vale Tschiedel. Porto Alegre: Sulina, 2014.

ENTENDA proposta de Tarcísio que transfere verba da educação para saúde. **Uol**, 6 nov. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2024/11/06/entenda-pec-tarcisio-reduz-orcamento-educacao.htm>. Acesso em: 13 dez. 2024.

FONSECA, Mirella Villa de Araujo Tucunduva da. **Gestão descentralizada e autonomia escolar**: congruência necessária. [2018.] Disponível em: <https://sites.pucgoias.edu.br/pos-graduacao/mestrado-doutorado-educacao/wp-content/uploads/sites/61/2018/05/Mirella-Villa-de-Araujo-Tucunduva-da-Fonseca.pdf>. Acesso em: 14 maio 2025.

LAVAL, Christian. A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2019.

O'NEIL, Cathy. **Algoritmos de destruição em massa**: como o Big Data aumenta a desigualdade e ameaça a democracia. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

SUPIOT, Alain. **O espírito de Filadélfia**: a justiça social diante do mercado total. Trad. Tânia TAKAHASHI, Adriana Roseli Wunsch. A descentralização como política pública no setor educacional: uma análise dos impactos em escolas públicas do município de Curitiba-PR. **Ensaio**: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v.13, n. 47, p. 235-254, 2005. Disponível em: <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/625>. Acesso: 14 maio 2025.